

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário:

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: ANP alerta para risco de greve afetar abastecimento	2
Título: Agência estuda criar alternativa que facilite venda direta de etanol	4
Título: Demanda por petróleo terá menor alta desde 2011	6
Título: Quando a autonomia da agência age contra a população	7
Título: Debate sobre privatização atrasa plano da Eletrobras.....	10
Título: Câmbio ‘ajudou’ Biosev no 3º trimestre da safra atual.....	12
VEÍCULO: O Globo	14
Título: Miriam Leitão: Greve, preços e o futuro da Petrobras.....	14
Título: Para ANP, greve pode provocar falta de combustível.....	17
VEÍCULO: Correio Braziliense	19
Título: Perdas e ganhos com o câmbio	19

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 14/02/2020**Seção:** Brasil**Autor:** Rodrigo Polito**Título:** ANP alerta para risco de greve afetar abastecimento

Agência afirma a TST que situação foge da 'normalidade'.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) manifestou preocupação com relação ao risco de impacto negativo para a produção e abastecimento de petróleo, gás e seus derivados para o país, caso a greve dos empregados da Petrobras se prolongue por muito mais tempo. A posição da autarquia está contida em ofício encaminhado nesta semana pelo órgão ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

“Cumpre ressaltar que a produção de derivados representa um serviço essencial para o país e o prolongamento da greve poderá afetar não só a produção, como o abastecimento, com consequente prejuízo no pagamento de impostos em todas as esferas da federação”, disse o diretor-geral da ANP, Décio Oddone no documento enviado ao ministro relator do TST, Ives Gandra da Silva Martins Filho

No ofício, Oddone lembrou que a Petrobras, visando a uma solução temporária, alocou equipes de contingência para atuar nas unidades operacionais, para assegurar a operação e a segurança. Ele, no entanto, salientou que a situação “foge da normalidade, ao que, infelizmente, tal solução não se sustentará ao longo do tempo, podendo causar impactos diretos na produção de derivados em função da redução de carga ou até mesmo pela parada total das refinarias”.

O diretor observou também não haver, até o momento, informações de negociação e indicativos do fim da greve, “de modo que, caso não haja uma composição breve, toda a cadeia poderá ser afetada”. A agência, segundo Oddone, acompanha a evolução e os desdobramentos da greve, em atenção à garantia do abastecimento nacional de combustíveis, conforme definido na Lei do Petróleo.

Ao Valor Oddone disse não haver preocupação imediata nem qualquer alerta sobre desabastecimento de combustíveis no país. “[O ofício] Foi uma manifestação preventiva”, completou ele.

Procurada pelo Valor, a Petrobras informou não haver impacto na produção até o momento. “As unidades seguem operando em condições adequadas de segurança, com equipes de contingência formadas por empregados que não aderiram à greve e contratações temporárias autorizadas pela Justiça”, completou a companhia, em nota.

A estatal também disse que está realizando o desconto dos dias não trabalhados dos empregados que aderiram ao movimento. “O desconto será realizado porque não houve a contraprestação do serviço, ou seja, os empregados não realizaram o trabalho para o qual são contratados.” A petroleira informou ainda que está contratando empresas com experiência em operação e manutenção de plataformas, para suprimento de mão de obra especializada, para atuar nas unidades enquanto durar a greve.

Ontem, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) encaminhou petição ao TST propondo a suspensão da greve. Para isso, no entanto, a entidade apresentou algumas condições, entre elas a suspensão imediata pela Petrobras das dispensas coletivas na Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen-PR) e a retomada das negociações de temas relativos ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

O desligamento dos funcionários da Fafen-PR é a principal bandeira da greve da categoria, que completa 14 dias hoje. O mais recente balanço da FUP indica que cerca de 20 mil petroleiros, em 13 Estados, se mobilizaram para a greve. A FUP, em conjunto com outras centrais sindicais, fez ontem passeata no centro do Rio.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 14/02/2020**Seção:** Brasil**Autor:** André Ramalho**Título:** Agência estuda criar alternativa que facilite venda direta de etanol para postos

Ideia é flexibilizar requisitos para que usineiro crie com mais facilidade seu braço de ligação com a revenda.

Diante do impasse sobre a liberação da venda direta de etanol das usinas para os postos, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) estuda uma medida intermediária, para permitir que os produtores do biocombustível criem um agente comercializador de etanol (uma espécie de distribuidora vinculada à usina). O diretor do órgão regulador, Felipe Kury, conta que o objetivo é facilitar a atividade de usineiros que queiram vender para rede de postos próximas às suas unidades. Segundo ele, porém, não há como garantir que a medida se reflita necessariamente na queda dos preços.

Por regra, hoje, nenhum produtor pode vender combustível diretamente para os postos, sem passar por uma distribuidora. Não há impeditivos para que uma usina de etanol crie uma empresa de distribuição, para fazer a venda de sua produção para os postos, mas há algumas exigências para isso. A agência, por exemplo, exige que as distribuidoras tenham um capital social de pelo menos R\$ 4,5 milhões e sejam obrigadas a formar estoques mínimos para garantir a segurança do abastecimento. A ideia da ANP é flexibilizar alguns desses requisitos, para que o usineiro crie com mais facilidade seu braço de ligação com a revenda.

“Com a figura do agente comercializador, a usina teria que criar um CNPJ a mais, mas não haveria o mesmo nível de exigências que é feito para os produtores que criam suas distribuidoras”, afirma Kury. “É um meio-termo no sentido de endereçar a questão da venda direta de etanol. Estamos flexibilizando as exigências, simplificando a vida do produtor, para que ele tenha mais de uma alternativa. Ele vai poder ampliar o seu leque de clientes. Mas a proposta não resolve a questão tributária”, complementa o diretor.

A venda direta de etanol é defendida pelo presidente Jair Bolsonaro. Em janeiro, ele chegou a afirmar que a medida pode reduzir em R\$ 0,20 por litro o preço do biocombustível, porque evitaria o que chamou de “passeio do álcool” - referência ao fato de que o etanol muitas vezes sai de uma determinada região produtora para as bases das distribuidoras, para depois retornar para os postos localizados em mercados próximos aos centros de produção e que poderiam ser atendidos diretamente pelas usinas. O entendimento é que, com a venda direta, o custo logístico associado à distribuição pudesse ser reduzido.

O **Valor** apurou que a proposta de criação do agente comercializador ainda não está de todo amadurecida dentro da ANP. Segundo uma fonte, a proposta traz uma solução menos radical do ponto de vista das distribuidoras, que são contrárias à venda direta, facilitaria a vida dos produtores, sem, contudo, atacar um dos principais pontos da discussão sobre a venda direta no setor: a monofasia tributária, ou seja, a unificação da cobrança dos impostos federais nas usinas, para reduzir a sonegação.

Hoje, a tributação incide parte na distribuição do etanol, parte na produção. A monofasia foi proposta pela área econômica do governo, dentro da discussão mais ampla sobre a liberação da venda direta de etanol, para evitar riscos de sonegação, mas encontra resistência no setor sucroalcooleiro.

No mercado de etanol, é comum a presença das chamadas empresas “barriga de aluguel”, em geral criadas em nome de laranjas, sem estrutura comercial e que atuam por meio de corretores autônomos e que são devedores contumazes de impostos. Na agenda regulatória da ANP, a discussão sobre a venda direta de etanol está prevista para ser concluída até meados do ano.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 14/02/2020**Seção:** Mundo**Autor:** Anjli Raval — Financial Times, de Londres**Título:** Demanda por petróleo terá menor alta desde 2011

Epidemia do coronavírus está afetando o consumo chinês e levando junto a economia mundial, diz a Agência Internacional de Energia (AIE).

A demanda por petróleo deverá crescer neste ano à menor taxa anual desde 2011, devido à epidemia do coronavírus, que está afetando o consumo chinês e a economia mundial. É o que diz a Agência Internacional de Energia (AIE).

Uma contração trimestral na demanda por petróleo, que seria a primeira desde a crise financeira mundial de 2008-2009, deverá levar a um crescimento anual mais fraco - uma queda de 30% em relação às estimativas anteriores.

No seu relatório mensal sobre o mercado de petróleo, a AIE, sediado em Paris, estimou que a demanda em 2020 crescerá em 825 mil barris/dia, contra a estimativa inicial de 1,2 milhão de barris/dia.

“As consequências do Covid-19 [o coronavírus] para a demanda mundial de petróleo serão significativas”, disse ontem a AIE.

Na China, o maior importador global de petróleo, milhões de pessoas estão de quarentena, transporte e serviços estão paralisados e a atividade industrial sofreu um duro golpe. “A crise está em andamento e neste estágio é difícil precisar seu impacto”, disse a AIE.

Mas há “poucas dúvidas”, acrescentou, de que os efeitos sobre a economia e a demanda por petróleo serão bem maiores que os do surto de sars em 2003, em razão da maneira como a China se integrou à economia mundial. No ano passado, o país respondeu por mais de três quartos do crescimento da demanda mundial por petróleo.

O golpe nos preços do petróleo já é grande, e produtores globais estão discutindo se adotam ações conjuntas. O preço do petróleo do tipo Brent

caiu do patamar de quase US\$ 69 o barril, em janeiro, para cerca de US\$ 56 ontem.

Antes do surto, os países exportadores de petróleo já se mostravam preocupados com uma oferta excessiva no primeiro semestre de 2020, por causa do aumento da produção nos EUA, Brasil, Canadá e Noruega, que iria superar a produção dos países da Opep.

As novas estimativas sugerem que esse excesso poderá ser ainda maior, apesar do corte de produção de 1,7 milhão de barris/dia acertado pela Opep e aliados e que vigora desde o começo do ano.

A AIE disse que, neste primeiro trimestre, o mundo necessitaria de apenas 27,2 milhões de barris/dia dos países da Opep - bem menos que a produção de janeiro do cartel, de 28,9 milhões de barris.

Um conselho consultivo da Opep concluiu na semana passada que os produtores deverão fazer um corte na oferta de 2,7 milhões de barris/dia no primeiro semestre de 2020. Cortes maiores ainda exigiriam o apoio da Rússia, que faz parte de uma aliança petrolífera mais ampla e que até agora vem relutando em aceitar novas reduções.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/02/2020

Seção: Opinião

Autor: Rodrigo Pinto

Título: Quando a autonomia da agência age contra a população

Imposto da Aneel eleva de oito para 20 anos o tempo de retorno do investimento nos painéis fotovoltaicos

As agências reguladoras no Brasil são autônomas. Um dos propósitos dessa característica é blindar o uso indevido do poder de regulação para ganhos políticos. O sistema elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e sua autonomia previne que governantes reduzam a tarifa energética em anos eleitorais e voltem atrás após a eleição, como aconteceu no governo de Dilma Rousseff.

A autonomia visa proteger a população do uso indevido da tarifa elétrica para fins populistas, tais como a manipulação tarifária durante períodos

eleitorais. Todavia, essa independência também pode ser usada contra a população. Foi o que promoveu a Aneel ao anunciar taxaço de mais de 60% sobre o setor de energia solar. Se implementada, a medida inviabiliza a Geração Distribuída (GD) nos telhados das famílias brasileiras.

Trata-se de um exemplo clássico do capitalismo de influências (crony capitalism), no qual o poder regulatório age contra a população e, neste caso, em prol do lobby das concessionárias de energia.

Desde 2012, o brasileiro pode produzir energia em sua própria casa. O excedente produzido durante o dia, período de pico do consumo, é injetado na rede de distribuição e consumido à noite. O produtor já paga uma taxa de utilização da rede com valor em torno de 20% da tarifa de energia que ele produz.

O processo promove uma simbiose energética entre o produtor e o sistema elétrico, já que o excedente é utilizado pelo vizinho mais próximo. A energia deixa de trafegar por centenas de quilômetros de fios para chegar ao consumidor final. A Geração Distribuída reduz o custo da energia produzida no Brasil e torna o sistema energético mais eficiente. Apenas no mês de novembro de 2019, a redução de custos foi da ordem de R\$ 60 milhões.

A Geração Distribuída também barateia o custo da energia produzida no país. Hoje, 60% da matriz energética nacional é produzida por hidrelétricas, considerada uma energia barata. No entanto, um quarto do total do sistema elétrico vem de termelétricas, em média três vezes mais cara, extremamente poluidora e, em parte, gerada com gás boliviano.

Com a GD, as concessionárias deixam de comprar energia das termelétricas. Esta troca traz grandes vantagens ambientais - o que já constitui motivo suficiente para o incentivo à utilização desta fonte. A energia solar em geração distribuída também torna as comunidades locais mais resistentes a quedas de energia e previnem apagões, pois reduzem a utilização dos reservatórios das hidrelétricas em tempos de estiagem. No mais, os raios de sol são 100% brasileiros.

Com os inúmeros benefícios da energia solar, não causa espanto que diversos países, como os Estados Unidos, ofereçam incentivos para instalação de painéis solares. Usando o recorte da Califórnia como exemplo, a energia solar corresponde a 13% da matriz energética do Estado. Em termos per capita, apenas esse Estado norte-americano gera 60 vezes mais energia solar por habitante do que todo o Brasil.

Em Los Angeles, maior cidade do Estado, o governo subsidia 30% da instalação de painéis voltaicos e, mais importante, após a instalação, a família tem o direito de trocar energia com a rede sem custos por um período de 20 anos.

Na contramão de países desenvolvidos, a Aneel propõe uma taxa de dez vezes maior que a cobrada por outras nações. O imposto eleva de 8 para 20 anos o tempo de retorno do investimento nos painéis fotovoltaicos o que, efetivamente, elimina a possibilidade do cidadão comum produzir energia por meio do sol brasileiro. A medida inviabiliza a utilização de um recurso abundante no país.

Outro escopo da autonomia da Aneel seria o fomento de segurança jurídica ao proporcionar um arcabouço regulatório estável. Com a Resolução 482, a agência, mais uma vez, trafega no sentido contrário, causa instabilidade normativa e gera grande prejuízo à indústria solar brasileira.

A melhoria do ambiente de negócios é determinante para a tomada de decisão do cidadão que pretende investir e gerar energia limpa, e renovável.

Os únicos beneficiados com a taxa são as distribuidoras que são imunes às instabilidades jurídicas e que utilizam o novo imposto para eliminar a concorrência da produção local de energia solar.

Já a lista de quem perde com o fim da GD é extensa. Perde a rede elétrica que necessita de mais investimentos em infraestrutura. Perde o sistema elétrico que continua refém da energia cara das termelétricas.

O brasileiro torna-se um consumidor cativo sem a possibilidade de usar outras fontes de energia a não ser aquela imposta pelo sistema elétrico brasileiro.

Felizmente, o processo democrático é composto de pesos e contrapesos. O abuso do poder de autonomia da Aneel tem sido atacado por diferentes esferas da sociedade. O Tribunal de Contas da União tem investigado a legalidade das regulações, procedimentos e o mérito das decisões impostas pela agência que regula o setor elétrico. Um quinto de todos os processos do TCU relativos às agências reguladoras dizem respeito à conduta da

Aneel.

Recentemente, a Câmara dos Deputados protocolou um requerimento para a criação da CPI da Aneel para investigar as controversas decisões do órgão. O requerimento já conta com a assinatura de mais de 200 parlamentares.

Além disso, 303 deputados e 41 senadores assinaram carta de repúdio à proposta da agência onde defendem a vigência do atual sistema tarifário até que a taxa de inserção de energia solar na rede alcance um patamar mínimo de 5% da matriz energética. No Brasil, a produção solar é incipiente. Menos de 1% da matriz energética tem origem solar.

O caso da Aneel é útil no processo de amadurecimento dos órgãos reguladores. O imposto defendido pela Aneel foi duramente criticado pelos poderes Executivo, Legislativo e por diferentes setores da sociedade. Esta reação estabelece uma mensagem clara às agências reguladoras: a sociedade não admite que o poder de autonomia seja usado contra os anseios da nação.

Rodrigo Pinto é economista com PhD pela Universidade de Chicago, professor pela UCLA (Universidade da Califórnia), situada em Los Angeles e tem dezenas de trabalhos acadêmicos sobre avaliação de políticas públicas e econometria.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/02/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, (colaboraram Gabriel Vasconcelos, do Rio, e Rafael Bitencourt, de Brasília)

Título: Debate sobre privatização atrasa plano da Eletrobras

Estatual ainda não definiu valor de investimentos para o ciclo de 2020 a 2024

A incerteza sobre a aprovação ainda este ano do projeto de lei (PL) relativo à capitalização e privatização da Eletrobras está atrasando a definição do plano diretor de negócios e gestão (PDNG) da elétrica para 2020-2024, previsto inicialmente para ser lançado no fim do ano passado. O principal ponto em aberto, apurou o Valor, é a previsão de investimentos para 2020

e os anos seguintes, que poderá mudar sensivelmente, dependendo do avanço do processo de desestatização ainda em 2020.

Segundo uma fonte a par do assunto, o plano em discussão no conselho vai autorizar investimentos compatíveis com a capacidade financeira atual da Eletrobras. “[O investimento em 2020] deve ser maior do que o do ano passado, mas certamente menor do que seria possível se a Eletrobras fosse capitalizada”, diz ela.

Nesta semana, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, disse, em Brasília, que a elétrica investiu cerca de R\$ 3,5 bilhões no ano passado. O montante, explicou ele, poderia ser maior, se a companhia fosse capitalizada no processo que prevê a desestatização da empresa.

No fim do ano passado, o executivo havia indicado que o investimento em 2020 poderia ser de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões. No plano de negócios anterior (2019-2023), a previsão de investimento para 2020 era de R\$ 5,747 bilhões. Para todo o período, o investimento previsto era de R\$ 30,175 bilhões.

A privatização da Eletrobras é uma das prioridades do governo Bolsonaro na área econômica em 2020. O projeto de lei 5.877/2019, que prevê a desestatização da elétrica, contudo, ainda não avançou no Congresso.

Nesta semana, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sinalizou que a privatização da empresa ainda em 2020 está cada vez mais difícil. “Temos que construir um acordo com o Senado e, a partir daí ver em que momento dá para votar”, disse o parlamentar, em evento, no Rio de Janeiro. Segundo ele, o Executivo ainda precisa construir um acordo com as duas Casas para pacificar o tema. “Acho que [a privatização] pode ser esse ano, mas a cada dia que passa fica mais difícil”, completou.

Um deputado influente ouvido pelo **Valor** sob condição de anonimato sinalizou que o cronograma para a votação do projeto este ano está muito apertado. Isso porque o texto teria que ser aprovado no Congresso ainda no primeiro semestre, já que os parlamentares não vão querer discutir um tema politicamente delicado no segundo semestre, em meio as eleições municipais.

Para ele, está praticamente fora de cogitação aprovar o PL apenas na Câmara no primeiro semestre. Esse cenário, em sua visão, deixaria os

deputados expostos do ponto de vista eleitoral, sem que a privatização tenha sido aprovada.

Outro ponto importante para o sucesso do plano de privatização, destacado pelo banco Credit Suisse, é a manutenção da atual administração da Eletrobras.

Em relatório sobre o início de cobertura da elétrica, divulgado em janeiro, o banco indicou que a manutenção da gestão e dos integrantes do conselho de administração é importante para manter o ritmo com relação ao plano de privatização. Enquanto o PL não é deliberado, o Credit Suisse entende que a gestão da Eletrobras segue implementando o plano de recuperação da empresa, melhorando a estrutura de capital e preparando o terreno para a desestatização.

“A vantagem do cenário de capitalização [e privatização] é substancial quando comparada com o que a recuperação pode gerar em muitos anos, especialmente porque, em toda eleição presidencial, a gestão e a estratégia podem ser alteradas”, completou o banco, no relatório.

Também em relatório sobre o início de cobertura da Eletrobras, o Itaú BBA diz acreditar que o PL de privatização da companhia seja aprovado em 2021. O banco lembra que a Câmara ainda vai começar a discutir o PL e que, caso aprovado, o texto ainda passará pelo Senado. Se os senadores fizerem alguma alteração no projeto, ele deverá retornar à Câmara para nova aprovação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/02/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Câmbio ‘ajudou’ Biosev no 3º trimestre da safra atual

A queda do dólar garantiu à usina lucro de R\$ 2,9 milhões no período, mas a empresa trabalha para trocar parte da dívida em dólar por real

A Biosev, controlada pela Louis Dreyfus Company (LDC), obteve um respiro no 3º trimestre da safra 2019/20 com a apreciação do real no período, mas a alta exposição de sua dívida ao dólar segue sendo um risco. Apesar do movimento do câmbio de outubro a dezembro ter lhe garantido um lucro

líquido de R\$ 2,9 milhões, a companhia trabalha agora para trocar indexadores e tentar compensar os efeitos que a recente disparada do dólar deve ter sobre seu endividamento e resultados.

No último trimestre, o dólar caiu 3,2%, o que gerou variação cambial positiva de R\$ 180,3 milhões. O saldo financeiro acabou garantindo um resultado contábil positivo, uma vez que o resultado operacional foi menor do que no mesmo trimestre do ciclo passado, quando a Biosev ainda contava com as operações das duas usinas no Nordeste. Houve um efeito também da opção da companhia por reter mais etanol e açúcar para comercializar neste último trimestre da safra.

A receita líquida do trimestre, excluindo o efeito de hedge accounting da dívida em dólar, caiu 12,7%, a R\$ 1,4 bilhão. Comparada com a receita de um ano atrás sem as usinas do Nordeste, a variação seria quase nula. Já o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado cedeu 23,5%, a R\$ 312,9 milhões, reduzindo a margem Ebitda ajustada para 22,5%.

A maior queda de receita foi com etanol, já que a companhia decidiu frear o ritmo de vendas no período. No fim do trimestre, a Biosev tinha 343 milhões de litros em estoque, em linha com um ano antes. “Mas, no ano passado, tinha a produção do Nordeste. Ou seja, estamos com mais estoques das usinas do Centro-Sul”, disse Dorothea Soule, diretora comercial da Biosev, ao **Valor**.

Já a receita com açúcar cresceu no trimestre, já que a empresa começou a aumentar os volumes vendidos, com preços melhores. Mas o volume mais relevante deve ser vendido neste trimestre, para quando a companhia acertou boa parte das vendas diante dos preços maiores obtidos com os contratos para março deste ano na bolsa de Nova York.

A receita de energia foi prejudicada em boa parte pela quebra de safra de cana no polo de usinas de Mato Grosso do Sul, onde estão as plantas de cogeração mais eficientes da Biosev, explicou a executiva.

O caixa encerrou o trimestre 70% menor que um ano antes, em R\$ 269 milhões - frente uma dívida de curto prazo de R\$ 483 milhões. A dívida líquida ficou em R\$ 5,6 bilhões - quase 90% indexada em dólar.

Segundo Leonardo D'Elia, diretor financeiro, a Biosev já começou a trocar contratos de dívida em dólar por real, seguindo política aprovada pelo conselho de administração em janeiro, favorecida por um cenário em que a operação está "barata", disse. Em paralelo, disse o CEO Juan José Blanchard, a companhia "deve continuar buscando eficiência operacional, como a melhora do Ebitda por cana moída", que ficou em R\$ 53 a tonelada no acumulado da safra.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/02/2020

Seção: Colunas

Autor:

Título: Miriam Leitão: Greve, preços e o futuro da Petrobras

A Petrobras enfrenta há 13 dias uma greve de funcionários, mas segundo seu presidente, Roberto Castello Branco, não houve queda de produção. "Até agora nenhum barril de petróleo deixou de ser produzido." Ele nega que a empresa esteja sendo privatizada aos poucos, mas reafirma que continuará vendendo ativos porque a estatal é a petrolífera mais endividada do mundo. Castello Branco diz que as maiores companhias do setor estão diminuindo sua participação no refino, e é o que a Petrobras pretende fazer. Sobre preços, ele garante: "Até hoje a interferência do presidente Bolsonaro tem sido zero."

Na semana passada, Bolsonaro usou a primeira pessoa para falar sobre queda dos reajustes: "Eu baixei o preço três vezes" disse. Roberto Castello Branco garante que a empresa tem decidido os preços livremente. Perguntei o que ele achava que o presidente queria dizer:

—Ele é o presidente, tem o direito de falar o que quiser. Uma coisa é a política, outra é a administração de uma empresa. Nós seguimos administrando. O importante é que ele respeita a independência da

Petrobras. Ele nunca me telefonou pedindo que baixasse o preço ou fizesse qualquer coisa.

Desde o dia primeiro, há uma greve na Petrobras, mas Roberto Castello Branco diz que espera que o problema seja superado em breve. Equipes de contingência têm mantido a produção e ele tem a expectativa de que os grevistas voltem ao trabalho:

—O Tribunal Superior do Trabalho classificou a greve como de motivação política, porque não existem motivos no campo real. Depois de seis meses de negociação, um acordo coletivo de trabalho foi assinado pela Petrobras e os sindicatos, em novembro, e a empresa vem cumprindo rigorosamente o que foi estabelecido.

Com a venda das ações que estavam com o BNDES, o Estado brasileiro agora tem apenas 50,3% dos papéis com direito a voto. E inúmeros ativos têm sido privatizados, como os gasodutos, a distribuidora, e vai vender grande parte das refinarias. Perguntei, em entrevista na Globonews, sobre a crítica de que, na verdade, a empresa está sendo privatizada aos poucos:

— A empresa não está sendo privatizada, não há nenhum desmonte, como falam. Estamos reenergizando a empresa, tornando-a mais forte e saudável. O Estado brasileiro é o acionista controlador, com 50,3% das ações, e isso não está em discussão. A Petrobras só pode ser vendida quando houver um mandato para isso, do governo e do Congresso. E não há.

Ele nega que a estatal esteja ficando menor. Na opinião dele, ela está “ganhando músculos”:

— Nós vendemos ativos de baixo retorno que não constituíam parte do negócio principal.

Perguntei se os gasodutos não são parte do negócio. A empresa venderá até a malha de cabos submarinos que traz o gás das plataformas para o continente:

— Nós precisamos do serviço de gasoduto, mas não precisamos ser donos dos gasodutos. Era uma atividade que proporciona um retorno para o

acionista de 6% a 7%. Se pegarmos esse capital e investirmos no pré-sal, o ganho é de 15%. A Petrobras é ainda a empresa de petróleo mais endividada do mundo. Não vamos esquecer isso. Em 2019, pagamos US\$ 20 bilhões e ainda devemos US\$ 90 bilhões.

Sobre os preços dos combustíveis, ele diz que no Brasil eles não estão elevados, e que no diesel inclusive está um pouco abaixo da média em 163 países.

A Petrobras quer vender oito refinarias, mas permanecerá com as quatro de São Paulo e a Reduc no Rio, e segundo o presidente a empresa vai se concentrar em exploração e produção em águas profundas. Por enquanto, a produção está parada, mas ele diz que a estatal tem metas de ampliá-la, principalmente a partir de 2025: —Em Búzios, nós vamos colocar sete plataformas gigantes com capacidade cada uma de produzir de 180 mil a 225 mil barris/dia.

Segundo ele, a ideia da verticalização das petrolíferas, refletida na máxima “do poço ao posto” está mudando:

—As maiores empresas de petróleo venderam 89 refinarias nos últimos anos, reduzindo em 30% sua capacidade de refino.

As companhias de petróleo estão entrando em outras fontes de energia, para reduzir as emissões de carbono. A Petrobras, ao contrário, está se concentrando em petróleo:

— Nós estamos aproveitando a riqueza que está no fundo do mar, se não, vai virar museu. Estamos entrando em energia de baixo carbono com o gás natural. E vamos nos preparar para no futuro adquirir competência nos negócios renováveis.

VEÍCULO: O Globo**Data:** 14/02/2020**Seção:** Colunas**Autor:** Ramona Ordonez e Pedro Capetti**Título:** Para ANP, greve pode provocar falta de combustível

Agência enviou ofício à Justiça do Trabalho em que aponta risco no abastecimento com paralisação prolongada de petroleiros

A greve dos funcionários da Petrobras, iniciada no dia 1º de fevereiro, já desperta a preocupação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) com o risco de desabastecimento de combustíveis. O temor foi expresso pelo diretor-geral da agência, Décio Oddone, em ofício encaminhado ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Martins Filho, no último dia 11.

No documento, Oddone ressalta que, embora a Petrobras tenha realocado equipes de contingência para atuar nas unidades e contratado trabalhadores em regime temporário — com autorização do TST — para assegurar a operação e segurança, “a situação foge da normalidade”.

Segundo o diretor, as medidas paliativas adotadas pela companhia não se sustentarão no futuro, uma vez que “não há informações de negociação e indicativos do fim da greve”.

“Caso não haja uma composição, em breve toda a cadeia poderá ser afetada”, alerta Oddone. O diretor-geral da ANP diz ainda que poderá haver impacto direto “na produção de derivados em função da redução de carga ou até mesmo pela parada total das refinarias”.

Ao todo, segundo a Federação Única dos Petroleiros (FUP), 108 unidades da Petrobras em 13 estados aderiram à greve, com a participação de mais de 20 mil trabalhadores. A Petrobras tem repetido, nos últimos dias, que a produção não foi afetada, mas foi à Justiça do Trabalho contra o movimento.

APENAS UM ALERTA

Oddone ressaltou, ainda, que o prolongamento da greve poderá afetar o pagamento de impostos em todas as esferas da federação, como o Imposto

sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que incide nos derivados de petróleo comercializados, como a gasolina e o óleo diesel.

Segundo o diretor, está em análise uma intervenção da ANP como *amicus curiae* (amigo da corte) no processo judicial que trata da greve. Além disso, a agência diz que está monitorando a evolução e desdobramentos do movimento dos petroleiros.

Em entrevista ao GLOBO, o diretor-geral da ANP explicou que a carta enviada ao TST teve a intenção apenas de alertar que, caso a greve dos petroleiros, que já tem duas semanas, continue por mais tempo, poderá resultar em prejuízo do abastecimento de combustíveis no país. Isso porque, segundo Oddone, a Petrobras é praticamente uma empresa monopolista na produção de refino de derivados, responsável por mais de 90% da produção:

— O alerta que fiz é que, se essa situação perdurar por muito tempo, poderá ter impacto no abastecimento. Uma greve prolongada em uma empresa que ainda é praticamente um monopólio no Brasil, claro que pode ter impacto no abastecimento. Não estou vislumbrando nada grave, mas estou apenas alertando que, se ficar muito tempo sem solução, poderá ter impacto, saibam disso.

O diretor da agência, contudo, garantiu que mantém contato com a Petrobras e que a estatal tem informado que suas operações estão sob controle, com a atuação de equipes de contingência.

Na quarta-feira, o presidente Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, concedeu liminar em favor da Petrobras determinando que os sindicatos de petroleiros cumpram decisão judicial anterior de manter 90% dos trabalhadores nas unidades de produção da Petrobras.

BLOQUEIO BANCÁRIO

Em resposta, a FUP entrou com uma petição em que reforça que está disposta a negociar e parar o movimento se a Petrobras suspender imediatamente as dispensas coletivas em uma fábrica de fertilizantes do Paraná, a Fafen-PR, que a estatal decidiu fechar. O sindicato solicita, ainda, a retomada das negociações sobre os temas relativos ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da categoria e outros pontos.

Durante o litígio, o TST impôs uma série de sanções às entidades sindicais, entre elas o bloqueio de contas bancárias de sindicatos de petroleiros que participam da greve. A Petrobras, por sua vez, começou a aplicar descontos dos dias parados nos salários dos trabalhadores grevistas. Um novo desconto está previsto para o próximo dia 21.

Em nota, a Petrobras informou que “caso o empregado retorne ao seu posto de trabalho, a companhia fará um contracheque de ajuste na primeira oportunidade possível para pagar os dias trabalhados a partir do retorno.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 14/02/2020

Seção:

Autor:

Título: Perdas e ganhos com o câmbio

Apesar de ter fechado o dia em queda, ontem, por conta da intervenção do Banco Central, o dólar deve permanecer bem acima dos R\$ 4 vistos no início do ano, que acabaram norteando o planejamento estratégico das empresas, avaliam analistas. A mudança de patamar da taxa de câmbio pode impactar positiva ou negativamente diversos setores econômicos.

De acordo com o economista Marcelo Azevedo, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o setor exportador, que vende seus produtos em dólar, acaba lucrando mais. “Empresas que exportam podem ganhar competitividade”, avaliou. “Os setores relacionados ao agronegócio e aos metais, como minério de ferro e aço, estão entre os favorecidos, porque são carros chefes da exportação”, explica Renan Silva, economista da BlueMetrix Ativos.

Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), Paulo Tavares afirmou que o setor deveria ter sido o primeiro a sentir e repassar a alta do dólar, mas ainda não foi afetado. Tavares lembrou que a política de preços da Petrobras prevê que o preço dos combustíveis siga a cotação internacional do barril de petróleo e a variação do dólar. “Para mim, Bolsonaro está intervindo para evitar problemas com os caminhoneiros”, afirmou.

Os motoristas, porém, dizem que estão sentindo o reflexo da alta do dólar no combustível. O aposentado Martins de Oliveira, de 63 anos, se surpreendeu com o preço da gasolina quando foi abastecer. “Ontem eu passei aqui e estava em R\$ 4,17 e hoje já foi para R\$ 4,41. Eu garanto que 99% dos brasileiros não estavam esperando isso”, reclamou. (MEC e RG).

MME / ASCOM.